

## Neutralidade *versus* Perfeccionismo

### Uma pequena análise de duas respostas políticas para o problema do multiculturalismo

## Neutrality *versus* Perfectionism

### A brief analysis of two political responses to multiculturalism

Paulo Roberto Falcão de Araujo

Doutorando em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/ bolsista CAPES

**RESUMO:** Um dos maiores desafios das democracias contemporâneas é lidar com o multiculturalismo. Na base desse fenômeno está o desacordo moral permanente e o pluralismo de valores. Esse problema encontra respostas diferentes para duas correntes filosófico-políticas que pretendo analisar: a neutralidade política e o perfeccionismo político. Essa discussão vem se desenvolvendo desde a obra “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls, lançada em 1971. Os perfeccionistas acreditam que se deva levar questões controversas para a arena política. Já os neutrais acreditam que uma posição neutra favorece mais o pluralismo razoável. Todavia, essa posição tende a evitar questões controversas. Nesse artigo, pretendo traçar algumas características dessas posições, apontando alguns atritos substantivos e algumas vantagens e desvantagens de ambos. Por fim, não se quer aqui defender essa ou aquela corrente. O objetivo maior é tentar fornecer, mesmo que superficialmente, uma análise imparcial e correta de um dos maiores problemas da filosofia política contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** democracia; liberalismo; desacordo moral; neutralidade; perfeccionismo.

**ABSTRACT:** One of the biggest challenges facing western democracies is how to deal with multiculturalism. At the foundation of the multiculturalism phenomenon is permanent moral disagreement and the pluralism of values. This paper analyzes two political philosophical answers to this problem: political neutrality and political perfectionism. This debate began with John Rawl’s *A Theory of Justice* (1971). While perfectionists believe that controversial questions must be dealt with in the political arena, defenders of neutrality consider it important to avoid controversial questions because doing so favors reasonable pluralism. This paper attempts to delineate some aspects surrounding this debate, showing some points of disagreement between each position. In doing so, advantages and disadvantages of each are discussed. Finally, I do not advocate either position. My main goal is to attempt, even superficially, an impartial and correct analysis of one of the most pressing problems of contemporary political philosophy.

**KEY-WORDS:** democracy; liberalism; moral disagreement; neutrality; perfectionism.

## 1. Desacordo moral

O desacordo moral - ou conflito de valores - é uma marca humana desde sempre. Todavia, esse desacordo começou a ficar mais nítido com a

complexificação das sociedades, principalmente na modernidade. Na modernidade alguns fatores evidenciaram mais o conflito de valores; entre esses podemos citar: as grandes navegações iniciadas no século XIV, a Revolução Americana de 1779, a Revolução Francesa de 1789, a Revolução Industrial do século XVIII que ocasionou, por sua vez, diversas revoltas sociais.

No século XX, principalmente após a Segunda Grande Guerra, as democracias ocidentais começaram a prestar mais atenção para o fato do pluralismo cultural ou multiculturalismo. Após a queda do fascismo, o pensamento predominante era de que o totalitarismo político deveria ser evitado a qualquer custo, porque, entre outros, esse poderia facilmente resultar desumano. Por conta disso, valores como a igualdade, a liberdade, os direitos humanos e a tolerância começaram a fazer parte da agenda política de praticamente todas as democracias ocidentais.

No século XXI, os atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001 ocasionaram uma reavaliação acerca dessa agenda.

Não é a minha tarefa aqui discutir os pormenores dessa reavaliação, mas parece ser incontestável que há uma certa mentalidade monista no ar, algo como “devemos destruir todos aqueles que não pensam de forma sensata, ou seja, não pensam da forma como EU penso”. Obviamente, esse solipsismo moral não está claramente estampado na boca das pessoas; esse solipsismo se evidencia no modo como geralmente se encara o conflito de valores. No geral, se encara esse conflito de maneira imatura, porque, entre outros, psicologicamente é muito desconfortável assumir que “eu posso estar errado”, ou que “o meu credo possui equívocos”, ou ainda, assumir que valores alheios e antagônicos respondem melhor a determinados problemas.

## **2. Monismo e pluralismo**

Desse modo, lidar com o conflito permanente dos valores tem sido um dos principais problemas da filosofia política contemporânea. A partir desse conflito surge uma questão de extrema importância para as democracias ocidentais: como comportar de forma estável, dentro do mesmo espaço político, noções tão variadas de bem? Há duas respostas

---

imediatas para essa questão, uma dessas respostas eu chamarei de resposta monista e a outra é a resposta pluralista.

A resposta monista tende a aceitar que os modos de vida destoantes do considerado “correto” devem ser combatidos e mesmo banidos do espaço público. O grande problema da resposta monista é, justamente, identificar o que seja o modo de vida correto.

Já a resposta pluralista aceita, em primeiro lugar, que o desacordo moral é permanente. Realisticamente, o máximo que pode ser feito é tentar manter esse desacordo o mais pacífico possível, ou, nas palavras de Isaiah Berlin, manter um “equilíbrio precário” (Berlin, *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*, pp. 55-56).

### **3. Três motivos para se aceitar o pluralismo**

Acredito que a resposta pluralista resgata a agenda política que vem sendo montada desde a modernidade, principalmente dentro de parte do projeto iluminista. Esse resgate é importante por três motivos.

Primeiro, há algo para ser aprendido com a História; uma dessas lições está na idéia da tolerância religiosa. A intolerância tem o poder não só de desumanizar, mas também tem o poder de inviabilizar vários projetos de vida considerados interessantes.

Segundo, o conflito dos valores é permanente. Um projeto político que tenha como meta acabar com o conflito de valores pode ser considerado, no mínimo, ingênuo. Dois modos de vida podem ser considerados politicamente interessantes, mas podem ser antagônicos até o último fio de cabelo.

Terceiro, não há como estabelecer que, em princípio, um modo de vida é superior a outro, ou a outros. O aparato cognitivo humano não permite a onisciência acerca dos valores. De certa forma, até mesmo valores considerados próprios são opacos para o agente. Assim, todos modos de vida conhecidos estão, em princípio, no mesmo patamar.

### **4. Liberalismo e o acordo precário**

Diante desses motivos, a melhor solução ético-política para o problema do desacordo deve levar em conta a experiência histórica, o conflito permanente dos valores e a igualdade ontológica dos valores.

---

Resumindo, devemos encontrar um sistema político que leve a sério o pluralismo de valores. Tradicionalmente, o sistema liberal parece atender melhor às demandas acima. Vale ressaltar que a passagem do pluralismo para o liberalismo não é tão óbvia e encontra muitos críticos.<sup>1</sup> Mas, acredito, outras teorias políticas estão mais longe de fazer essa ponte, ou por não levarem realmente a sério o problema do pluralismo de valores, ou por simplesmente ignorarem o problema. Michael Walzer, conhecido crítico do liberalismo, fez a seguinte constatação que pode esclarecer o que pretendo passar: “Eu não sei de alguém que crê no pluralismo de valores que não seja um liberal, tanto em sensibilidade quanto em convicção... Você deve perceber o mundo de modo receptivo e generoso para perceber o tipo de pluralismo berliniano.”<sup>2</sup>

Obviamente, é muito difícil aceitar o “acordo precário” berliniano; esse acordo acena para uma atitude cética não só com relação aos acordos políticos, mas também com relação a certos ideais utópicos que prometem o céu na Terra. A solução berliniana pode ser enquadrada naquilo que ficou conhecido como uma posição neutral dentro do liberalismo. Berlin não inaugura essa posição, mas estabelece, digamos assim, uma atitude de humildade e resguardo quando se lida com o problema do pluralismo de valores. A atitude de humildade faz um contraponto à idéia de que “eu sei melhor do que você o que é melhor para você”. Notadamente, na arena política, essa atitude de humildade trafega constantemente nas avenidas céticas, o que pode gerar atitudes consideradas omissas. Já o resguardo prepara terreno para a tolerância política, mas o resguardo pelo resguardo inibe o florescimento de uma atitude mais crítica e coerciva, reputados como elementos fundamentais no espaço público.

Não obstante tudo isso, o ceticismo berliniano parece estar bem protegido da idéia de que há reconhecidamente uma forma de vida superior a todas as outras. Protegido disso, o liberalismo consegue lidar melhor com o problema do multiculturalismo, porque esse ceticismo transporta a neutralidade para a arena política.

---

<sup>1</sup> Refiro-me, principalmente, ao artigo polêmico de “CROWDER, *Pluralism and liberalism*”. Vale avisar que Crowder tem revisto muitos dos aspectos desse artigo há pelo menos 10 anos.

<sup>2</sup> Esta citação se encontra em “GALSTON, *Value pluralism and liberal political theory* , p. 777”, tradução minha.

---

#### 4. Imparcialidade e Neutralidade

Historicamente, a atitude de neutralidade política vem sendo burilada desde o contratualismo moderno com as idéias de igualdade e imparcialidade. Se todos são iguais com relação a direitos e deveres, não há razão para privilegiar esse ou aquele grupo político. O estado deveria, desse modo, tratar a todos de forma igual e imparcial.

Também, na modernidade, a prática da tolerância é percebida como algo a ser cultivado politicamente, porque se observou que muitas pessoas estão pouco dispostas a abrir mão de suas crenças mais profundas, mesmo que em poucos pontos. A tolerância política nasce da tolerância religiosa a qual foi proposta pelo filósofo inglês John Locke. Logo na sua *Carta sobre a tolerância*, Locke pondera que “a tolerância recíproca entre os cristãos [...] é para mim o principal critério da verdadeira igreja”.<sup>3</sup> Entretanto, como virtude, a tolerância extrapola os limites dos dogmas cristãos e mesmo de outras religiões, principalmente no mundo multicultural e secularizado em que acontecemos de estar.<sup>4</sup> Importante ressaltar que o acordo moral lockeano possui certa dose de ceticismo. Para ele, não é possível se mudar o coração de um crente munido de força bruta; muitas vezes, nem mesmo argumentos convincentes podem fazê-lo. De certa forma, ele mostra uma porta que será aberta posteriormente por filósofos como Kant.

Kant, finalmente, faz uma separação entre questões ligadas ao bem ou à boa vida e questões ligadas ao justo, a justiça ou ao que é correto. O filósofo de Königsberg acreditava que felicidade e moralidade, nesse mundo, eram duas coisas diferentes, com objetivos diferentes. Desse modo, agir moralmente não implicaria necessariamente em felicidade e vice-versa.

Também, Kant herdou da modernidade a idéia de que os indivíduos possuem um espaço próprio, onde somente eles têm a chave para entrar. Esse espaço é chamado de individualidade e começou a ser

---

<sup>3</sup> Ver “LOCKE, *Carta sobre a tolerância*, p. 89”.

<sup>4</sup> Outros filósofos compartilham dessa opinião. Cf. “COMTE-SPONVILLE, *Pequeno tratado das grandes virtudes*, pp. 173-189”, “DELACAMPAGNE, *A filosofia política hoje: idéias, debates, questões*, pp. 31-48”, “ETTE, *O respeito à diferença gera tolerância: seis teses*, pp. 22-27”, “HABERMAS, *A inclusão do outro: estudos de teoria política*, pp. 248-255”, “RAWLS, *Uma teoria da justiça*, pp. 229-241”, “RAZ, *The morality of freedom*, pp. 402-407” e “WALZER, *Da tolerância*, pp. 3-11”.

---

percebido como algo intrinsecamente valioso. O individualismo é notadamente uma das marcas das sociedades contemporâneas e, pelo menos atualmente, é percebido como algo a ser preservado a qualquer custo.

Importante notar que a ética kantiana despertou o interesse de John Rawls, filósofo americano cujo pensamento vem causando grande impacto desde o último quartel do século XX.<sup>5</sup> Rawls, tomando emprestado a intuição kantiana, acreditava que o estado não deve se envolver com noções muito específicas de bem ou de felicidade. Desse modo, o estado deveria cultivar uma posição de imparcialidade e neutralidade com relação às diversas formas de vida.

Contemporaneamente, Ronald Dworkin, Bruce Ackerman e John Rawls são apontados como dois dos principais defensores da neutralidade política. Dworkin chega a afirmar que a neutralidade é o “nervo do liberalismo”.<sup>6</sup> O desenvolvimento da posição neutral, no século XX, foi impactada pelo forte aumento populacional e pelo choque intenso de valores e culturas. Esses choques sempre podem ser um problema para a harmonia social. Uma esperança dos que defendem a neutralidade política é a de que esses choques não se transformem numa guerra civil. Para tanto, seria mais prudente não privilegiar determinadas formas de vida em detrimento de outras.

A partir do problema do desacordo moral permanente e de como isso historicamente favoreceu a neutralidade política, uma posição neutral pode ser definida como defendendo, pelo menos, três coisas:

- 1) Não há como estabelecer comparações qualitativas de uma vez por todas entre as diversas formas de bem que habitam o mesmo espaço político.
- 2) Todas as formas de bem, em princípio, merecem respeito e atenção igual por parte do estado. Para tanto, o estado não deve favorecer qualquer noção específica de bem. Pelo contrário, o estado deve permitir o florescimento de todas as formas de bem capazes de serem produzidas pela mente humana, pelo menos aquelas formas de bem bem-vindas pela sociedade civil. Assim, o estado

---

<sup>5</sup> Refiro-me principalmente às obras *Uma teoria da justiça* de 1971 e *O liberalismo político* de 1993.

<sup>6</sup> Citado em “WALL & KLOSKO, *Perfectionism and neutrality*, p. 1”.

Neutralidade *versus* Perfeccionismo

Uma pequena análise de duas respostas políticas para o problema do multiculturalismo

---

deve ser imparcial com relação às várias noções de bem existentes no espaço público.

- 3) O estado não deveria se envolver em questões controversas que, geralmente, dizem respeito a projetos muito particulares de vida. O conflito manejável pelo estado diz respeito a questões políticas somente, a agenda política não deveria comportar demandas muito específicas, porque isso feriria o ponto 2, acima colocado.

Tentaremos focar nos pontos 2 e 3, porque esses manejam uma série de questões políticas que serão apontadas criticamente pelos perfeccionistas.

Como premissa, aceitaremos a idéia de que o princípio de neutralidade se aplica não só à constituição, mas também à cultura social de fundo. Aceitaremos, também, que embora a barreira entre questões controversas e não controversas não seja tão nítida, essa barreira é bem percebida pelos cidadãos. Fazendo isso, passamos por cima de questões muito importantes, sem dúvida, mas permitimos que a posição neutral mostre a sua amplitude.

Mesmo aceitando tudo isso, não há como fechar os olhos com relação a que tipo de ação política a posição de neutralidade corrobora. De um lado, a neutralidade parece favorecer uma espécie de não-ação no espaço político, o que, em princípio, seria algo inócua porque o espaço político exige, justamente, ações visando manter, entre outros, o equilíbrio social. Por outro lado, pode ser que a neutralidade política favoreça, justamente, a posição neutral. Nesse sentido, a neutralidade possui certa estrutura com certas regras que devem ser, supostamente, imparcialmente aplicadas, como no caso do juiz ou do árbitro. Mas se é isso, uma suposta posição de neutralidade favorecerá aos modos de vida que usam essas regras ou que “sabem jogar o jogo”.

Desse modo, o defensor da neutralidade política está duplamente encurralado: ele pode ser acusado de defender uma teoria inócua para a realidade política e, também, ele pode ser acusado de transgredir o princípio da imparcialidade no exato momento em que reivindica o “método neutral”.

---

## 5. Perfeccionismo político

Percebendo esses problemas, o defensor do perfeccionismo político atacará alguns pontos do projeto neutral, prometendo tanto uma teoria com maior sustentabilidade fática – o que constantemente é bem vindo nas teorias políticas – quanto uma maior sustentabilidade teórica.

A sustentabilidade fática vem da percepção que o mundo político, de fato, comporta pouco a idéia de neutralidade. Prova disso é que a maioria das pessoas está pouco disposta a abdicar de seus valores mais arraigados, mesmo que em poucos pontos. Muitas vezes, infelizmente, nem mesmo um super argumento filosófico é capaz de demover um milímetro que seja uma crença considerada estúpida.

A sustentabilidade teórica vem da percepção de que uma posição neutral traz consigo o germe da contradição, o que costuma solapar a força duma teoria. A contradição está, justamente, na idéia de que se deve salvar uma posição de neutralidade a qualquer custo. Para o perfeccionista político, essa posição é parcial porque a neutralidade possui conteúdos, por vezes, muito específicos.

Desse modo, parece claro que o perfeccionista sustenta que o estado deveria favorecer certas atitudes dos cidadãos. Além disso, o estado deveria intervir em certas questões controversas visando favorecer atitudes consideradas positivas dentro do espaço político e, também, desfavorecer atitudes consideradas perniciosas dentro do espaço político.

Então vem a pergunta: será que o perfeccionismo político não corre o risco de escorregar numa forma específica de bem, indo, assim, de encontro com o projeto pluralista?

Joseph Raz, filósofo israelita, acredita que não há uma cisão entre pluralismo e perfeccionismo. Para ele, “defender a existência de uma multiplicidade de formas de vida incompatíveis, mas moralmente interessantes, permite que certas concepções de bem sejam consideradas desprezíveis e aviltantes, devendo ser erradicadas, ou, pelo menos, cerceadas”.<sup>7</sup>

Também, Raz acha que não há uma relação de implicação entre perfeccionismo político e atitudes consideradas coercivas ou mesmo controversas. Todavia, esse último movimento só parece fazer sentido se

---

<sup>7</sup> Citado em “WALL & KLOSKO, *Perfectionism and neutrality*, p.15”, a tradução é minha.

---

assumirmos uma espécie de meta-política que avaliará as decisões políticas. Supostamente, essa meta-política avaliaria aprioristicamente a capacidade estatal de intervir criticamente em desacordos controversos; também revelaria quando o poder estatal erra o alvo acerca dos bens escolhidos, podendo caminhar para uma espécie de fanatismo. Se a meta-política é viável, uma posição perfeccionista poderia adotar, dependendo da situação, posicionamentos anti-perfeccionistas ou mesmo neutrais. Se assim é, por mais paradoxal que pareça, às vezes, segundo os perfeccionistas, é bom respeitar algo considerado ruim porque isso pode ser uma condição para se respeitar algo considerado bom.

Um problema é que o perfeccionismo político pode realmente escorregar no culto de certos valores que, sem dúvida, podem ser bons para o espaço público, mas não são necessariamente bons para o indivíduo. Por exemplo, um artista pode cultivar atitudes execráveis com relação ao mundo social e político, mas essas atitudes podem servir como elemento estruturador de sua vida pessoal e artística; sem essas atitudes, sua arte perde muito do seu brilho, o que pode ocasionar em perda também para a humanidade. O mesmo vale para determinado grupo social que não se sentiria confortável em assimilar apelos perfeccionistas legitimamente aceitos e sustentados pelo poder público.

Outro problema é que o perfeccionismo político padece do mesmo mal do perfeccionismo moral ou ético. Aqui, igualo perfeccionismo político com virtuosismo ético. Eis o problema: Para Dancy, filósofo inglês, se X pergunta como se pode reconhecer uma pessoa virtuosa, isso significa que é tarde demais para X reconhecer alguém virtuoso. Podemos transpor essa pegadinha dancyana para o universo político: como saber se ações públicas consideradas perfeccionistas, mesmo que legais, estão no caminho correto? Será que quando se faz essa pergunta, a pegadinha ainda vale? A resposta é não por dois motivos conectados.

Primeiro. Numa sociedade plural, as decisões políticas devem ser bem justificadas para tentar se evitar, entre outros, o melindre de grupos por causa de decisões consideradas injustas.

Segundo. Se o perfeccionista político quer ser também liberal, ele deve aceitar a ideia de que o poder estatal deve ser limitado, ou, pelo menos, a autoridade deve ser constantemente vigiada, evitando que ela não se transforme numa espécie de Leviatã que atacará a individualidade dos

---

cidadãos. Aceitar a resposta de Dancy no plano político é abrir mão dessa preocupação liberal em limitar o poder estatal.

## 6. Conclusão

Disso tudo, podemos afirmar que a neutralidade política comporta mais noções de bem no mesmo espaço político, mas não favorece mecanismos eficazes para melhorar a qualidade cidadã, o que pode gerar uma sociedade pouco crítica e idiotizada.

Já o perfeccionismo político tende a ser mais seletivo e rigoroso com relação à qualidade cidadã, mas pode incorrer em exclusão e atitudes totalitárias, o que representa um grande perigo para as sociedades plurais.

## Referências bibliográficas

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. Trad. de Rosaura Eichenberg. Edição: Henry Hardy e Roger Hausheer. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CROWDER, George. "Pluralism and liberalism." *Political Studies*, v. XLII, nº 2 (1994), pp. 293-305.

DELACAMPAGNE, Christian. *A filosofia política hoje: idéias, debates, questões*. Trad. de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ETTE, Ottmar. "O respeito à diferença gera tolerância: seis teses". *Humboldt*, Munique, 85 (2002), pp. 22-27.

GALSTON, William. Value pluralism and liberal political theory. *The American Political Science Review*, v. XCIII, nº 4 (1999), pp. 769-778.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*: estudos de teoria política. Trad. de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

LOCKE, John. *Carta sobre a tolerância*. Trad. de João da Silva Gama. Lisboa: 70, 1965.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Trad. de Almiro Piseta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAZ, Joseph. *The morality of freedom*. New York: Clarendon, Oxford, 1986.

WALL, Steven & KLOSKO, George (eds.). *Perfectionism and neutrality*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003.

WALZER, Michael. *Da tolerância*. Trad. de Almiro Piseta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.